

## Educação

# Filhos de servidores podem ficar sem creche



Alunos do CEI Arco Íris - Sem verba, sem escola?

## Repressão na luta das creches

Por duas vezes Roberto Andrade, presidente da AFSeag (Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Agricultura) e diretor do Sindi/Seab, foi impedido de permanecer na tribuna de honra da Assembleia porque usava uma camisa com protestos.

Ele queria protestar contra a decisão do governo de fechar algumas creches que são mantidas pelo estado para cuidar dos filhos dos servidores. O deputado que presidia a sessão, Antonio Anibeli, do PMDB, pediu para que Andrade saísse, já que faixas e cartazes são proibidos pelo regimento interno da casa. Na semana seguinte,

Andrade voltou à tribuna de honra da Assembleia. Dessa vez ele usava uma camisa branca, com algumas palavras escritas com tinta preta. Novamente, os seguranças se encarregaram de tirá-lo do plenário.

Os seguranças afirmaram que apenas cumprem ordens da presidência. Inicialmente, eles afirmaram que o motivo da expulsão era o fato de que só autoridades podem ficar na tribuna de honra. Depois, disseram que Andrade poderia entrar se trocasse a camisa.

(com informações da CBN/Curitiba)

A cada dia que passa, os funcionários públicos da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) ficam ainda mais apreensivos com a iminência do fechamento das creches subvencionadas pelo governo do Estado.

No CEI Arco Íris da Seab, que atende 95 crianças, a verba anual destinada seria de R\$ 265 mil para 13 meses. Até o fechamento desta edição o montante não foi autorizado pelo governador Requião, apesar dos insistentes apelos das associações de pais e funcionários e de já constar no orçamento da Seab de 2009.

Mas o CEI Arco Íris não é o único

a enfrentar dificuldades, o CEI Pequeno Rodoviário (DER) já fechou, CEI Creche do Bosque tem previsão de fechamento no final de julho.

Diante da gravidade da situação várias mães e pais foram no dia 14/07, à Assembleia Legislativa (Alep) em busca de apoio dos parlamentares estaduais e de negociação com o governador Requião. Foi aprovado um requerimento ao governo que solicita informações sobre as razões da falta de repasse da subvenção social às creches/pré-escolas.

### :: Protocolo ao Ministério Público do Paraná

No mesmo dia da mobilização na Alep, os servidores públicos estiveram no Ministério Público do Paraná e protocolaram ofício para a Dr<sup>a</sup> Hermínia Dorigan de Matos Diniz, promotora de justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Educação (CAOPEDUC).

No documento pede-se que, em respeito aos 19 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Ministério interceda e faça averiguação de alternativas para a continuidade das atividades das creches.

### :: Saiba mais

Desde janeiro desse ano, as creches subvencionadas pelo governo do Estado estão sem dinheiro para pagamento de professores e funcionários, sendo que algumas também recebem verba para cobrir despesas com a manutenção.

Esses estabelecimentos são de excelente qualidade e há 23 anos cuidam dos filhos dos funcionários públicos enquanto

eles trabalham. Funcionam 12 horas por dia e atendem crianças de até 5 anos.

As creches/pré-escolas em situação de serem extintas são: CEI Arco Íris (Curitiba – Bairro: Cabral), CEI Pequeno Iapar (Londrina), ambas mantidas com contribuição da Seab; CEI Pequeno Rodoviário (DER); CEI Castelo do Bosque (Seap); e, CEI Espaço da Criança (Celepar).

**Opinião**

Por Laura Jesus de Moura e Costa

# Ato em defesa da Petrobrás

## CPI nesse momento é inconveniente



Com a presença de Haroldo Lima, Presidente da Agência Nacional do Petróleo, e por iniciativa dos partidos políticos PC do B, PT, PMDB e PDT, foi realizado, na Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 13 de julho de 2009, um Ato Público em Defesa da Petrobrás, a principal e a mais lucrativa estatal do país.

O poço Pré-Sal, recentemente identificado na costa brasileira, representa a mais importante descoberta no Planeta, nos últimos 30 anos, no setor petrolífero. São mais de 50 bilhões de barris de petróleo e, conforme expressou o Presidente Lula, isso pode representar a redenção do povo brasileiro, ou seja, o lucro a ser obtido com a sua exploração deve ser revertido em benefícios ao povo brasileiro: escolas, hospitais, empregos, previdência, etc.

A grande discussão é: como fazer isso, se o capital da União dentro da Petrobrás não representa mais que 32%? Caberia, então, a criação de uma nova estatal petrolífera? Ou, é possível à União comprar mais ações da Petrobrás e aumentar o seu percentual dentro da estatal, chegando aos 60 ou 80%?

Apesar de serem da União somente 32% das ações da Petrobrás, o Governo

brasileiro ainda mantém total controle sobre a estatal, cabendo-lhe indicar o Presidente e alguns membros da diretoria.

Portanto, é obrigação e direito da sociedade brasileira discutir essa questão, pois é o seu futuro que está em jogo e, em tudo em que o povo se envolve, repercute.

Por outro lado, a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Senado, nesse momento, representa, claramente, interesses político-eleitoreiros da oposição ao Governo Lula. Não está claro o objeto da investigação, ou seja, a intenção é criar uma CPI para descobrir o que a CPI deve investigar.

Portanto, É EXTREMAMENTE INOPORTUNA A INSTALAÇÃO DESSA CPI NESTA HORA, pois repercute negativamente, no momento mais importante do desenvolvimento do País; no momento em que as licitações para a exploração do Pré-Sal estarão sendo feitas. Isso representa, inclusive, uma questão de soberania e segurança nacional.

O Brasil é uma grande Nação e seu povo saberá defendê-lo com bravura!

**PROGRAMAÇÃO****II Encontro Estadual do Sindi/Seab**

:: LOCAL: Hotel Condor  
(próximo ao Mercado Municipal de Curitiba)

:: DIA 30/07/2009 – QUINTA-FEIRA

8h00 às 09h00 – Café da Manhã.

9h00 às 09h30 – Abertura do evento com pronunciamento das autoridades e convidados presentes.

9h30 às 11h00 – Exposição do tema: “Gestão sindical e concepções de trabalho sindical”.

11h00 às 12h00 – Debate.

12h00 às 13h45 – Almoço.

13h45 às 15h45 – Dinâmica de grupo.

15h45 às 16h00 – Intervalo para cafezinho.

16h00 às 18h00 – Exposição dos grupos, debate e deliberações.

19h00 – Jantar.

:: DIA 31/07/2009 – SEXTA-FEIRA

8h00 às 09h00 – Café da Manhã.

9h00 às 11h00 – Exposição do tema: “Centrais Sindicais”.

11h00 às 12h00 – Debate.

Das 12h00 às 13h30 – Almoço.

13h30 às 15h20 – Discussão, deliberações e encaminhamentos.

15h20 às 15h30 – Encerramento.

**Quem somos**

**Diretoria Executiva Estadual:** Presidente: Laura Jesus de Moura e Costa (Sema/Curitiba). Vice-Presidente: Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). Secretário Geral: Ademir da Silva (Iap/Curitiba). 1ª Secretária: Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). 2ª Secretário: Helverton Luis Corino (Iap/Maringá). Tesoureira Geral: Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba). 1º Tesoureiro: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Conselho Fiscal:** Titulares: Heitor Rubens Raymundo (Iap/Curitiba). Saonara do Rocio Porto (Iap/Guarapuava). Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

# INFORMA FÓRUM INFORMA FÓRUM INFORMA FÓRUM

1

Dando seguimento a CAMPANHA SALARIAL 2009 implementada pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FÓRUM), após o Governo do Paraná cumprir com a sua obrigação legal atinente à reposição salarial verificada entre abril/08 à maio/09 (Data-Base), concedendo o reajuste de 6%, a partir de junho/09 (deveria ser a partir de maio/09, para tanto o FÓRUM sugeriu aos sindicatos que submetam as respectivas ações judiciais pleiteando a retroatividade da reposição). Agora, depois de inúmeras gestões, intervenções e lutas do FÓRUM, dos sindicatos e dos próprios servidores, a SEAP publicou as Resoluções instituidoras das Comissões de Avaliação para a realização da promoção dos Agentes de Apoio (AA) e dos Agentes de Execução (AE), conforme atos normativos e apensos enviados pela Coordenação do FÓRUM a todas as entidades sindicais para divulgação entre os servidores.

Urge que as Comissões de Avaliação instituídas iniciem seus trabalhos. Por isso, o FÓRUM sugere que os servidores beneficiários (AA e AE) já comecem a separar toda a documentação para preenchimento do respectivo formulário agilizando o procedimento de avaliação. Por outro lado, esperamos que o Governo do Estado (SEAP) se empenhe para que, no máximo, até o mês de setembro/09 esteja implantada em folha de pagamento a promoção, repercutindo seus efeitos financeiros sobre o 13º salário, tudo para minimizar os prejuízos já ocorridos aos servidores que há mais de um ano estão sendo "enrolados" pela omissão do Governo Estadual.

É bom registrar que a efetivação da promoção e progressão aos Agentes de Apoio e Execução se constitui em mais uma conquista

dos servidores por meio da luta do FÓRUM e dos sindicatos.

Porém, as outras reivindicações apresentadas pelo FÓRUM e constantes na Pauta da Campanha Salarial 2009 ainda não foram atendidas, em especial as cláusulas sociais (vale transporte e cesta básica, reajuste e incorporação das gratificações), bem como, a solução definitiva para os "Desenquadrados".

Dessa maneira, é imprescindível que os servidores mobilizem-se e participem dos encaminhamentos e ações sindicais, sob pena de perdurar a enganação, enrolação e omissão do Governo do Paraná em relação às nossas reivindicações e direitos.

Para contribuir com a mobilização dos servidores estaduais, o FÓRUM estará, nos meses de agosto e setembro/09, organizando e realizando várias plenárias intersindicais nas regiões Oeste (Cascavel), Noroeste (Maringá), Norte (Londrina), Centro (Guarapuava) e no Litoral (Paranaguá). O objetivo é socializar informações, discutir e implantar as Coordenações Regionais do FÓRUM, fomentando a integração dos servidores e reproduzindo a organização intersindical em todo o Estado do Paraná.

Informados, organizados, mobilizados e com a implementação de um plano de luta e ação intersindical os servidores darão respostas efetivas às mazelas e omissões impostas pelo Governo Estadual, prevalecendo nossos direitos, reivindicações e interesses, com as repercussões daí decorrentes em relação às melhorias na qualidade dos serviços públicos prestados ao povo do Paraná.

Assim, aguardem o calendário das plenárias, divulguem e participem!

Fonte:  
Coordenação Estadual do Fórum

2

Como o FÓRUM denunciou, enquanto os servidores do Poder Executivo tiveram uma reposição salarial de 6%, incidente sobre os salários de junho/09, os cargos de livre escolha (leia-se apadrinhados) tiveram as gratificações reajustadas em 62%, desde o mês de fevereiro/09. Da mesma forma os cargos de diretoria das autarquias públicas e dos reitores tiveram um reajuste de 43%.

Agora, neste mês de julho/09 foi publicada a Lei 16.175 que reajustou os salários e as gratificações dos promotores de justiça e demais servidores do Ministério Público Estadual em 6%, retroativo a maio/09. Ainda registre-se que foi publicado o Decreto Judiciário nº. 706, de 22/07/2009, assegurando aos servidores do Poder Judiciário o reajuste salarial retroativo a janeiro/2009.

Portanto, enquanto para os servidores do Poder Executivo não

há recurso para reajustar as gratificações, para os promotores e demais servidores do Ministério Público Estadual tem. Da mesma forma, enquanto o reajuste salarial de 6% concedido aos servidores do Poder Executivo incidiu sobre o salário de junho/09, para os servidores do Poder Judiciário o reajuste é retroativo ao mês de janeiro/09.

E não se alegue que os recursos financeiros para o reajuste das gratificações dos servidores do Ministério Público e a retroatividade salarial concedida aos servidores do Poder Judiciário sairão das verbas orçamentárias próprias. Todos os anos são publicadas no Diário Oficial do Estado (DIOE) as suplementações e complementações orçamentárias feitas pelo Chefe do Executivo (Governo do Estado) ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, propiciando e estimulando que o tratamento desigual e injusto entre o conjunto de trabalhadores do serviço público perdure.

Para alguns existem recursos financeiros, para outros não!



Sindi/Seab e Coordenação do Fórum presentes no 11º Cecut

# ▶▶▶ RAPIDINHAS

## >> AA e AE: Promoções até que enfim!!!

Estão publicadas no Diário Oficial do Paraná, Edição do dia 16 de julho de 2009, as Resoluções que instituíram as Comissões de Avaliação para promoção e progressão dos Agentes de Apoio e Execução pertencentes ao QPPE (Quadro Próprio do Poder Executivo). A Resolução Nº 7.508, de 16/07/2009 trata dos Agentes de Execução, e a Resolução Nº 7.509, de 16/07/2009, trata dos Agentes de Apoio. Os textos estão nas páginas 03 à 08 do Diário Oficial do Estado, e disponíveis no site do Sindi/Seab.

Todos os colegas da base devem ser incentivados a colaborar com as equipes de Recursos Humanos do órgão de lotação para agilizar o processo de apresentação e conferência de documentos, a fim de que se consiga a implantação das Promoções e Progressões no mês previsto – setembro de 2009.

Vale destacar também as várias iniciativas tomadas pelo Sindi/Seab no sentido de obter a assinatura do decreto das promoções e progressões, quer seja conversando DIARIAMENTE com diretores da Seap ou protocolando ofícios à Secretária Maria Marta, quer seja conversando com o Secretário Rasca Rodrigues (Ofício 100/2009 - Protocolo 07.549.570-6, de 15/07/09), com o Secretário Bianchini (Ofício 99/2009 - entregue em mãos na audiência na Seab, no dia 15/07/09) e com o Vice-Governador, além das mensagens enviadas ao Governador do Estado pela internet e ofícios protocolados (números 07.657.412-0, de 08/04/09; 07.699.326-2, de 14/05/09; 07.549.321-5, de 26/06/09).

### >> Promoções: Núcleo de Campo Mourão na luta

Os diretores do Sindi/Seab de Campo Mourão estão de parabéns, aproveitaram a visita do vice-governador, Orlando Pessuti, para entregar um ofício pedindo agilidade no processo das promoções e progressões dos Agentes de Apoio e Execução do QPPE. É isso aí pessoal, os direitos dos servidores não podem ser esquecidos! Sem luta não há conquista!

### >> SAS - Pato Branco

Para marcação de consultas em Pato Branco **ligue: 0800 641 354.**

A partir de 1º de agosto de 2009, o Hospital São Lucas passará a atender os beneficiários do SAS. Considerando os resultados dos últimos processos licitatórios, foi firmado contrato temporário de 180 dias ou até que se conclua novo processo licitatório já em tramitação pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

### >> SAS - Cascavel

O DAS informa que o contrato emergencial com o Hospital Santa Catarina em Cascavel, encerrou em 30/06/2009, bem como os respectivos pagamentos pelos serviços prestados.

A continuidade do atendimento na região depende de nova licitação, que está suspensa já que os licitantes entraram com recurso e notificaram o DAS/SEAP.

## >> Meio ambiente é prioridade?

Foi veiculado na internet (Portal do Servidor), que o Governo do Estado está contratando mais de 4.000 novos servidores. É claro que o Sindi/Seab apóia e defende a renovação dos quadros de pessoal no serviço público.

Entretanto, entendemos que o governo (SEAP) deve discutir setorialmente com as autoridades de cada pasta e com a representação dos servidores as necessidades, prioridades e critérios visando o atendimento das necessidades da população e dos serviços públicos. Dessas demandas setoriais o Governo deverá estabelecer um plano de admissão e contratação de trabalhadores no serviço público.

Estamos registrando esse fato porque na gestão pública ambiental estadual (Sema/IAP/Suderhsa) não está prevista nenhuma contratação de novos servidores.

Portanto, sabe-se que há mais de 20 anos não ocorre admissão definitiva de novos servidores nesta área, apesar dos pleitos e estudos feitos pelas autoridades apontando o sucateamento das estruturas de gestão ambiental do Paraná, remetidos ao Governo.

Uma pergunta perdura. Será que o serviço público ambiental não se constitui em prioridade do Governo Estadual?

Os poluidores e degradadores do meio ambiente comemoram.

## >> Conversões de multas e medidas compensatórias respeitam a lei e melhoram as condições ambientais no Paraná?

Recebemos informações sobre o “oba-oba” que está ocorrendo com as conversões de multas no IAP. Dizem que sequer os recursos financeiros oriundos das conversões estão sendo destinados ao Instituto. Em outras palavras: O infrator converte o valor da multa em “serviços de melhoria ambiental” repassando o valor reduzido convertido direto para as Prefeituras, ONGs, ou outros beneficiários/obras/serviços, sem sequer ser “contabilizado” no IAP.

Citaram como exemplo um tal de Aquário Marinho que a empresa Cattalini vai construir em decorrência da conversão da sua multa no acidente ocorrido com o navio Vicuña. Isso é legal? E a Lei que criou o Fundo Estadual do Meio Ambiente que impõe a destinação e a gestão dos recursos advindo das multas ambientais?

Igualmente, dizem que as medidas compensatórias exigidas nos licenciamentos ambientais estariam sendo destinadas para o custeio, estruturação e manutenção administrativa dos órgãos públicos em detrimento à aplicação em melhorias das condições ambientais no Paraná. Lembramos que o assunto já mereceu apreciação e “condenação” do Tribunal de Contas do Paraná. Com a palavra os representantes do Ministério Público Estadual, Federal e as autoridades do Tribunal de Contas do Paraná.

Aliás, o Sindi/Seab estará provocando e solicitando informações sobre a legalidade e efetividade destes procedimentos às autoridades públicas citadas.

### Expediente